

A formação do profissional bibliotecário a partir do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911-1969)

Maria Fernanda Nogueira (FBN) - nogueira.mfernanda@gmail.com

Resumo:

Primeiro curso de biblioteconomia na América Latina e terceiro no mundo, o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi criado com o Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Em 1922 foi transferido ao Museu Nacional e, posteriormente, extinto. Retomado em novembro de 1931, passou por uma reforma curricular em 1944 e foi mantido na Biblioteca Nacional até outubro de 1969, quando houve a transferência definitiva para a recém-fundada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). A partir do trabalho de descrição da série Curso de Biblioteconomia, do fundo histórico da Fundação Biblioteca Nacional mantido na Divisão de Manuscritos, e com base em documentos primários ainda pouco estudados, esse trabalho objetiva uma breve exposição sobre o funcionamento e as modificações curriculares ao longo dos anos de exercício da formação do profissional bibliotecário na instituição, de modo a se resgatar a importância desse acervo para o entendimento da Biblioteconomia como ciência situada política e historicamente.

Palavras-chave: *Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. História da Biblioteconomia no Brasil. Formação profissional do bibliotecário.*

Eixo temático: *Eixo 7: Construção e identidade profissional*

1 INTRODUÇÃO

A ideia desse trabalho surgiu em 2014, a partir da seleção, organização e descrição da Série Curso de Biblioteconomia, integrante do arquivo histórico da Fundação Biblioteca Nacional, custodiado na Divisão de Manuscritos. Durante a etapa de pesquisa, foi constatada a presença ainda tímida de trabalhos que visam realizar um resgate histórico da formação profissional. A necessidade de compreender epistemologicamente o perfil do bibliotecário e suas principais modificações ao longo do estabelecimento da profissão no país foi o que motivou a formulação de algumas questões: o que se esperava de um candidato ao Curso de Biblioteconomia? Qual bibliotecário se pretendia formar? Quais influências político-culturais guiaram as modificações curriculares?

Objetivando responder algumas dessas perguntas ou desenvolvê-las em outros questionamentos foi realizado, ao longo do processo de identificação e descrição do acervo, um levantamento dos editais de admissão, conteúdo programático e currículos do período em que o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil funcionou na Biblioteca Nacional, compreendido entre 1911 e 1969. Esse levantamento foi escolhido com base na formação do profissional, desde sua entrada no curso às disciplinas e assuntos que precisava dominar para ser bibliotecário.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

Constam intenções de criação de um Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional desde 1903, registradas no texto do então diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956) para os Annaes da Bibliotheca Nacional:

O projeto que organizei, auctorizado pelo vosso antecessor, que o accitou sem impugnação, consignava entre outras medidas [...] o estabelecimento das conferencias a cargo dos chefes de secção como um primeiro passo para um curso de bibliothconomia e finalmente o indispensavel augmento de pessoal. (SILVA, 1904, p. 365)

Esse projeto, entretanto, foi apenas retomado em 1910, quando Manoel Cícero volta a repetir que “[u]m curso de bibliothconomia que preparasse os candidatos aos cargos da Bibliotheca seria da maior utilidade” (SILVA, 1914, p. 771). Em 11 de julho de 1911 surge o Decreto nº 8.835, incluindo o Curso de Biblioteconomia como condição para ocupação do cargo de bibliotecário na instituição. No regulamento estabelecem-se as quatro matérias curriculares, tal como o conhecimento necessário para o exame de admissão: “composição escripta em portuguez e numa prova oral sobre geographia, historia universal, historia litteraria e traducção do francez, do ingles e do latim” (BRASIL, 1911). Sobre o curso em 1912, Silva (1916, p. 5, grifo nosso) afirma:

O curso de bibliothconomia, no qual só são admittidos os que tiverem seguido um **curso de humanidades** ou se submeterem a um exame de admissão, foi estabelecido para ministrar os conhecimentos technicos indispensaveis aos neophytos. Summario, theorico-pratico, não é mais do que uma base e um ponto de partida para a acquisição de novos conhecimentos.

É possível perceber, já no cerne da criação do curso, sua formação voltada para as humanidades, com um caráter erudito da profissão. Para se tornar bibliotecário(a), o(a) candidato(a) precisava ter, de antemão, vasto conhecimento em línguas e em ciências humanas, que seria, posteriormente, acrescido de um conhecimento técnico para organização e administração de bibliotecas. Essa fase humanista seguia os moldes curriculares da École de Chartes (França), na qual os profissionais eram personalidades ilustres. Cabe lembrar que, durante o início do século XX, a influência cultural da França no Rio de Janeiro era pungente, uma vez que foi desejo da família real portuguesa importar hábitos e costumes franceses para uma melhoria da imagem da cidade.

Por desistência dos diretores de seções ou ausência de alunos, o curso apenas se iniciou efetivamente em 1915. Nas inscrições de candidatos, a maioria era de alunos ou bacharéis da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e os próprios funcionários da Biblioteca Nacional, de cargos como Auxiliar de Biblioteca ou Amanuense. Além deles, alguns eram da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou estudantes da Escola Polythecnica. Evidentemente, devido à desigualdade de gênero que ainda marcava fortemente as categorias profissionais e formação acadêmica do país, nenhum dos candidatos era mulher.

Das composições escritas em português exigidas para a admissão no curso há duas no acervo do Curso de Biblioteconomia para o ano inicial, 1915, e seus pontos sorteados para dissertação demonstram o caráter enciclopedista que se exigia dos futuros profissionais: uma delas teve como tema “Impressões sobre a Guerra Européa” e a outra “Utilidade das letras”. Dentro do conteúdo programático das quatro disciplinas, é possível notar a abordagem voltada aos conhecimentos gerais mais do que às técnicas: aprendia-se sobre a história do papel, invenção da imprensa, ornamentação de livros, processo de fabricação de moedas, sistema monetário greco-romano, moedas do Brasil colonial, formas de escrita nacional e latinas, dentre outros. A técnica, quando abordada, era apenas para aplicação, não para a produção de novos modelos.

Em anotação avulsa, provável da década de 1920, a respeito do funcionamento da Biblioteca Nacional e atribuições necessárias ao profissional bibliotecário, lê-se:

qualquer que seja, porem, a organização de uma bibliotheca, o seu pessoal deve ter certos **conhecimentos geraes próprios do homem culto**, e os conhecimentos especiaes próprios do seu officio. [...] bibliothecarios, em maior escala, mas também os demais funcionários, devem ter **noções geraes de muitos ramos dos conhecimentos humanos**, como o direito, a historia, a geographia, a philosophia, a litteratura, as sciencias physicas e naturaes, e algumas línguas das mais conhecidas. (ALVES... [192-?], grifo nosso)

Em 1922, o curso passou por sua primeira reforma com o Decreto nº 15.670, de 6 de setembro, cujo objetivo era unificar Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional em um “Curso Technico” destinado a habilitar funcionários das três instituições. Nesse curso, cada instituição seria responsável pelo ensino de matérias de sua especialidade, ficando a

Biblioteca Nacional responsável pelas disciplinas de historia litteraria, bibliographia, paleographia e epigraphia e iconographia e cartographia. O Curso Technico não foi adiante, no entanto, e, em ofícios a João Luiz Alves (1870-1925), Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o então diretor interino Oswaldo Lopes de Souza justificou a impossibilidade do começo das aulas pelas diferenças administrativas em relação ao Arquivo Nacional, impedimentos pessoais dos professores ou falta de verba para remunerá-los.

O Curso de Biblioteconomia retornou à Biblioteca Nacional em 1931, através do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Dessa vez, foram criados dois anos letivos, com três disciplinas cada: Bibliografia, Paleografia e Diplomática no 1º Ano e História literária, Iconografia e Cartografia no 2º Ano. O caráter de aprendizado de conhecimentos gerais permaneceu, tanto que, em 1933, a ordenação de turnos foi alterada após reclamação de Constâncio Alves (1862-1933), chefe da 1ª Seção, que afirmava que não era possível para os alunos aprenderem Bibliografia sem conhecimentos de História Literária. Ao mesmo tempo, o edital de matrícula exigia certidão de aprovação em exames de Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Geografia, História, Copografia e História do Brasil.

A partir de 1940 houve uma cisão do cargo de bibliotecário em dois: Bibliotecário e Bibliotecário Auxiliar, e foi criado, no Rio de Janeiro, o Curso de Biblioteconomia do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para a formação do último. O Curso de Biblioteconomia do DASP seguia o horizonte teórico estadunidense, tal como o do Instituto Mackenzie, em São Paulo. Ou seja, possuía um modelo mais técnico, voltado para a organização de bibliotecas. É possível notar certo intercâmbio entre a Biblioteca Nacional e o Curso do DASP: funcionários da biblioteca que se especializaram com o curso e professores que deram aula nele, como Otávio Calasans Rodrigues.

Em 1944 o Curso de Biblioteconomia do DASP foi encerrado e o da Biblioteca Nacional sofreu uma grande reforma curricular, orientada pelo então diretor Josué Montello, com o objetivo de não formar bibliotecários apenas para a instituição, como a princípio, mas para qualquer biblioteca. No Decreto-Lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944 (BRASIL, 1944, grifo nosso), encontram-se as seguintes finalidades:

- a) formar pessoal habilitado a **organizar e dirigir** bibliotecas ou a **executar serviços técnicos de bibliotecas**;
- b) promover o aperfeiçoamento ou a especialização de bibliotecários, de bibliotecários auxiliares e de outros servidores em exercício nas bibliotecas oficiais ou particulares;
- c) promover unidade de **orientação das técnicas fundamentais** dos serviços de biblioteca, favorecendo a homogeneidade básica desses serviços;
- d) difundir **conhecimento** dos progressos realizados, no país e no estrangeiro, no **campo da biblioteconomia**.

A necessidade da formação do profissional erudito presente até então deu lugar a termos mais técnicos como “organizar e dirigir”, “executar serviços” e “orientação”, da mesma forma que o

curso começou a se estabelecer no âmbito da produção científica, incluindo a difusão do conhecimento no campo da biblioteconomia. Nos exercícios de matérias posteriores ao novo currículo já se nota outra abordagem: em Catalogação e Classificação, o estudo sobre nomes pessoais é aplicado para a criação de cabeçalho de autor, e surgem atividades de elaboração e análise de fichas catalográficas, mesmo em disciplinas optativas como “Mapotecas”.

A segunda grande década de importância para a formação de bibliotecários no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi a de 1960. Nesse período, o país passava por um projeto de reformas de base com o governo João Goulart (1919-1976), no qual se inseriam iniciativas que visavam alterações agrária, urbana, fiscal e universitária. Oito novos cursos de biblioteconomia foram criados no Brasil, a Biblioteconomia passou a nível universitário (Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961), houve o estabelecimento de um currículo mínimo e a regulamentação do exercício da profissão do bibliotecário no país (Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962).

Após o currículo mínimo o caráter técnico permaneceu no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Dividido em três anos e cursos avulsos, contavam na formação matérias como: Organização e Administração de Bibliotecas, Introdução à Catalogação e Classificação, Técnica do Serviço de Referência, Organização e Técnica de Documentação, Bibliografia Especializada, Catalogação e Classificação, Catalogação Especializada, Classificação Especializada e Reprodução de Documentos, em oposição às outras com o anterior caráter erudito de formação geral: História do Livro e das Bibliotecas, Literatura e Bibliografia Literária, Introdução à Cultura Histórica e Sociológica, História da Arte e Evolução do Pensamento Histórico e Científico.

Em 1966, Antonio Dias Caetano, diretor do curso, indicou em relatório a “necessidade urgente de ampliação nas atuais instalações dos Cursos, já insuficientes para atender ao interesse geral da classe” (CAETANO, 1966). No mesmo documento, ele ainda afirma que os Cursos Avulsos demonstraram o empenho de continuidade de capacitação de bibliotecários já formados, dando bases à “regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação, de especialização e de Extensão” (CAETANO, 1966). Quando é transferido para a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), em 1969, o curso havia formado 1.080 bibliotecários, número expressivo que foi incorporado tanto no corpo técnico da instituição quanto no meio acadêmico, e parte responsável pela consolidação da profissão no país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua existência, o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional passou por notáveis modificações e influências em sua estrutura de ensino e formação. Ao profissional erudito

inicial, ciente de línguas e conhecimentos gerais, influenciado pelo modelo europeu, mesclou-se a visão do bibliotecário estadunidense, responsável pela administração e organização técnica do acervo. Os momentos em que essas mudanças ocorreram também não foram fortuitos: durante o começo do século XX era a França o paradigma cultural mundial, ao passo que, com o envolvimento da Europa em duas Guerras Mundiais, a ascensão da influência dos Estados Unidos através da política da boa vizinhança (1933-1945) refletiu no intercâmbio de bibliotecários brasileiros com instituições norte-americanas.

Analisar as fontes primárias sobre o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, entre relatórios, fichas de inscrição e anotações, nos permite visualizar o perfil do profissional bibliotecário durante esse período e qual tipo de fazer era privilegiado, reflexões importantes para pensar a formação em Biblioteconomia no Brasil até os dias de hoje. Como qualquer construção de conhecimento, o do bibliotecário também é fruto de um meio histórico e de relações de poder, que podem ser ou não continuadas ou retomadas com o passar dos anos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Constâncio. **Anotações a respeito do funcionamento da Biblioteca Nacional e das atribuições necessárias ao profissional bibliotecário**. [192-?]. Divisão de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional, Localização: 72,03,042.

BRASIL. **Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911**. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. **Decreto-Lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944**. Dá nova organização ao Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6440-27-abril-1944-452655-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CAETANO, Antonio Dias. **Relatório das Atividades dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional no ano de 1966**. [Rio de Janeiro], 31 dez. 1966. Divisão de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Relatório do Director - 1902. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 25, 1904.

_____. A Bibliotheca Nacional em 1909: relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 32, 1914.

_____. Abertura das Conferências, a 12 de setembro de 1912, pelo Dr. Manoel Cícero. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 35, 1916.